



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

PARECER N° 46/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: Projeto de Lei n° 35/2023

Autoria: Poder Executivo

Ementa: Dispõe sobre a alteração da estimativa das receitas orçamentárias no Anexo I, alteração, exclusão e inclusão de Metas, Indicadores, Unidades de Medidas e Ações nos Anexos, II e III e sua estrutura no Anexo IV, da Lei n° 6.490, de 11 de novembro de 2021, que institui o Plano Plurianual para o período de 2022/2025.

Relatoria: Vereadora Regina Célia Daniel Ramos - Regininha

I- EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

A presente propositura, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a alteração da estimativa das receitas orçamentárias no Anexo I, alteração, exclusão e inclusão de Metas, Indicadores, Unidades de Medidas e Ações nos Anexos, II e III e sua estrutura no Anexo IV, da Lei n° 6.490, de 11 de novembro de 2021, que institui o Plano Plurianual para o período de 2022/2025”, encontra-se nesta Comissão com a finalidade de que seja elaborado parecer sobre a matéria.

II- PARECER JURÍDICO

A Procuradoria Jurídica da Casa no Parecer n° 83/2023, manifestou-se pela viabilidade da aprovação, destacando:

“As peças orçamentárias são uma previsão de arrecadação e definição dos gastos que ocorrerão nos exercícios financeiros subsequentes, sendo evidente que seu cumprimento não tem como se realizar de modo absolutamente fiel ao planejado ou pretendido, sendo natural que o orçamento executado não seja idêntico ao que foi aprovado.

São muitas as intercorrências havidas desde as previsões que são feitas para a elaboração das peças orçamentárias até o final de sua execução. Várias as alterações nos fatos econômicos e sociais, nem sempre previsíveis e mensuráveis, exigem mecanismos que permitam ajustes ao longo da execução orçamentária. Por esta razão, existem os instrumentos de flexibilidade orçamentária, com a finalidade de viabilizar alterações que se mostrem necessárias ao orçamento.





Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

A alteração das leis orçamentárias faz-se necessário para adequá-las as novas estruturas, programas, ações etc, tendo em vista que o orçamento não é linear e diversos acontecimentos previstos e imprevistos podem apresentar impacto no orçamento”.

III- CONCLUSÃO DA RELATORIA

Após estudo do projeto, esta Relatoria observa que a propositura se encontra, salvo melhor juízo, revestida de constitucionalidade e legalidade, nada obstando sua tramitação.

Pindamonhangaba, data da assinatura eletrônica.

Vereadora Regina Célia Daniel Santos - Regininha

Relatora

IV- DECISÃO DA COMISSÃO

Os Vereadores componentes desta Comissão que abaixo assinam, acolhem integralmente o parecer exarado pela Relatora.

Pindamonhangaba, data da assinatura eletrônica.

Vereador Herivelto dos Santos Moraes – Herivelto Vela

Presidente

Vereador Júlio César Carneiro de Souza – Julinho Car

Membro

